

ENTREVISTA COM O MINISTRO DA CULTURA JUCA FERREIRA

INTERVIEW WITH MINISTER OF CULTURE JUCA FERREIRA

ENTREVISTADORAS: DENISE MARCOS BUSSOLETTI¹, SILVANA DE ARAÚJO MOREIRA²

Juca Ferreira

Nascido em Salvador (BA), Ferreira atuou na militância estudantil, tendo sido eleito presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) em 1968. Atuou na resistência ao regime militar, o que lhe rendeu nove anos de exílio no Chile, na Suécia e na França. De volta ao Brasil, trabalhou como assessor especial da Fundação Cultural do Estado da Bahia. Em 1981, iniciou militância na área ambiental. Em 1988, filiou-se ao Partido Verde (PV). Na década de 90, foi secretário de Meio Ambiente da cidade de Salvador presidente da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente. Foi eleito duas vezes vereador pela capital baiana, em 1993 e em 2000. Durante a primeira legislatura do presidente Lula, em 2003, foi convidado por Gilberto Gil para assumir a Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura. Com a saída de Gil, assumiu o ministério de julho de 2008 até o fim de 2010. Nos anos de 2011 e 2012, Juca Ferreira foi embaixador especial da Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB), sendo também conselheiro do gabinete do secretário da entidade. Em 2013, o prefeito eleito de São Paulo, Fernando Haddad nomeou Juca Ferreira para comandar a Secretaria Municipal de Cultura. Na campanha presidencial de 2014, a presidenta e candidata à reeleição Dilma Rousseff o convidou para a coordenação do programa de governo na área de Cultura.

Resumo

Entrevista com Juca Ferreira atual ministro de Estado da Cultura cargo que ocupa pela segunda vez. A primeira foi no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2008 a 2010. Juca Ferreira é sociólogo com trajetória profissional vinculada às ações culturais e ambientais. Na entrevista concedida a Expressa Extensão Juca Ferreira aborda aspectos fundamentais da Política Cultural nacional, com principal destaque para a função do Estado frente à diversidade cultural brasileira, os impactos das políticas culturais nas transformações sociais e o papel da Universidade na conjuntura das políticas culturais na atualidade. Aborda também políticas do MINC relacionadas com as zonas de fronteira, especificamente com a fronteira Brasil-Uruguai e o Programa intitulado "Mais Cultura nas Universidades", suas expectativas e desafios.

Palavras-chave: Ministério da Cultura. Política Cultural. Cultura.

Abstract

An interview with Juca Ferreira, current Minister of Culture, position that he has held for the second time. The first one was in the government of Luiz Inácio Lula da Silva, from 2008 to 2010. Juca Ferreira is a sociologist with professional trajectory linked to the cultural and environmental actions. In an interview with Expressa Extensão, Juca Ferreira addresses key aspects of the National Cultural Policy, with main emphasis on the role of the State in the Brazilian cultural diversity, the impact of cultural policies on social change and the role of the University in the context of cultural policies today. Ministry of Culture also addresses policies related to border areas, specifically with Brazil-Uruguay border and the program entitled "More Culture in Universities", their expectations and challenges.

Keywords: Ministry of Culture. Culture policie. Culture.

Na sua concepção quais são as práticas e políticas que circunscrevem a função e o papel do Estado brasileiro em um país marcado pela diversidade cultural?

A diversidade é um valor que define a nossa identidade cultural e é estratégica para a construção do Brasil no século XXI, por isso, deve ter papel central nas políticas de Estado. Há doze anos iniciamos uma jornada que colocou a cultura no centro do projeto de nação brasileira, a partir da qual o Estado passou a apoiar e incentivar o fazer, a fruição e a circulação dos bens culturais produzidos pela sociedade em suas mais diversas formas. Trabalhamos nas três dimensões das políticas culturais: cultura como dimensão simbólica, cultura como direito de todos e a cultura como uma economia importante para um país como o Brasil, com potencial para dar um novo salto de desenvolvimento e se posicionar entre as principais nações do mundo. Esta abordagem fez com que as políticas culturais implantadas a partir do governo do presidente Lula e que, nesta minha segunda gestão estamos aprimorando e ampliando, sejam reconhecidas nacional e internacionalmente por seus aspectos inclusivo, libertário e inovador.

Qual a sua visão sobre os possíveis impactos das políticas culturais do MinC na transformação da sociedade brasileira?

A cultura está no centro da agenda pública contemporânea, permeia todos os campos da vida social, econômica e todas as áreas do conhecimento como algo inerente ao próprio ser humano. Hoje o Brasil precisa muito do espírito contestador, reflexivo e transformador da cultura. O País está atravessando um momento complicado. A crise fez emergir um programa reacionário, que coloca em risco conquistas importantes. Parte da sociedade está sendo capturada por um pensamento intolerante, racista, misógino, contra o Estado laico, retrógrado em todos os sentidos. A experiência cultural, que nos dá uma visão crítica de nós mesmos e também nos coloca no lugar do outro, é central na experiência democrática e essencial na construção de uma sociedade mais humana, justa e generosa. Neste momento de crise econômica, a cultura também deve ser vista em uma posição central. O Brasil do Século 21 não pode continuar dependendo do comércio de matéria prima, da exportação de commodities agrícolas e minerais, porque nos deixa muito vulneráveis às oscilações do mercado internacional, por isso, estamos empenhados em ampliar a participação da economia da cultura no PIB nacional, na geração de empregos, na renda e no mercado de consumo. O fortalecimento do empreendedorismo cultural, da inovação, a desconcentração dos fluxos econômicos e das cadeias produtivas da cultura, a internacionalização e a dinamização dos mercados de bens culturais são alguns dos processos que estamos desenvolvendo em parceria com outros atores do governo federal. Aos poucos estamos conseguindo mostrar que a cultura terá papel central no novo ciclo de desenvolvimento do Brasil.

Considerado como possível a afirmação de que não há educação descontextualizada dos processos culturais, quais seriam, na atualidade, os principais desafios e aproximações entre a Cultura e a Educação?

Um das primeiras ações da minha atual gestão à frente do Ministério da Cultura foi a formatação da Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural, a Sefac, anunciada em março deste ano. A ideia é que a nova secretaria seja o espaço, no MinC, onde serão construídas as políticas e programas capazes de fortalecer as práticas e saberes culturais nos processos educativos como um caminho para a qualificação e a ampliação do repertório cultural de crianças e jovens de todo país e garantia de seus direitos culturais. A Sefac consolida e amplia programas e ações já existentes no ministério desde 2011, que são desenvolvidas em parceria com o Ministério da Educação. São iniciativas como o Programas Mais Cultura nas Escolas, Mais Cultura nas Universidades e Pronatec Cultura. A pauta de formação e qualificação artística e cultural também está sendo acompanhada pela secretaria. Com a criação dessa secretaria, o recado que buscamos passar é o de que o Ministério da Cultura reconhece a importância de ações intersetoriais, como cultura e educação, para alcançar a qualificação, a democratização do conhecimento, a universalização do acesso à cultura e o desenvolvimento de uma sensibilidade estética crítica, comprometida com a diversidade cultural do país.

Quais são as principais ações formuladas pelo Ministério da Cultura no sentido de uma política cultural descentralizada?

Duas das principais são o estímulo à diversidade cultural brasileira, com a reativação dos Pontos de Cultura e a modernização e democratização do fomento à cultura no país, com a criação do fundo ProCultura que reformula a Lei Rouanet. A rede de gestão cultural dos Pontos e Pontões de Cultura, foi fortalecida com a regulamentação, em 2015, da lei que simplifica processos burocráticos, instituindo, por exemplo, a autodeclaração de Pontos de Cultura, entre outras ações para ampliar o programa. Já com relação à Lei Rouanet, precisamos acabar com a pirâmide de privilégios que concentra o financiamento e fomento de projetos culturais de uma maneira extremamente injusta. Quase 90% do dinheiro fica na região Sudeste, e 80% fica dentro do Rio e de São Paulo, onde beneficia sempre os mesmos. Estas ações que eu citei agora têm sido realizadas de forma sistemática e democrática. Temos viajado pelos quatro cantos do país através das nossas caravanas, ouvindo artistas, produtores e fazedores de cultura.

A Universidade Federal de Pelotas, situada ao sul do sul do país, elenca a faixa de fronteira como um lugar de expressão e singularização da identidade cultural brasileira e dos valores materiais e simbólicos associados a esta. Neste sentido questionamos: como o MINC compreende e pretende, ou não, desenvolver políticas para as Zonas de Fronteira, e particularmente para a Fronteira Sul do Brasil? Quais seriam as ações consequentes e as principais parcerias que o MINC projeta para a zona de Fronteira binacional Brasil-Uruguai?

Temos culturas e vivências próprias das fronteiras, mais uma singularidade da nossa diversidade cultural que estamos empenhados em fortalecer e incentivar. Com relação à zona de fronteira Brasil-Uruguai, estive na cidade gaúcha de Jaguarão dia 30 de maio último, onde participamos da certificação da Ponte Barão de Mauá, que liga as cidades de Jaguarão, no Rio Grande do Sul a Rio Branco, no Uruguai como primeiro Patrimônio Cultural do Mercosul. Além disso, tivemos uma roda de conversa chamada Diálogo da Fronteira, que contou com a presença da ministra da Educação e Cultura do Uruguai, Maria Julia Muñoz, artistas, gestores, produtores e fazedores de cultura dos dois países. Foi um encontro muito produtivo, onde discutimos temas como a necessidade de estabelecer uma política cultural para as fronteiras e a possibilidade de lançar um edital específico para Pontos de Cultura de fronteira, já em 2016. Este é um dos muitos exemplos de como o MinC pode contribuir para a construção de um território de parceria, vivência cultural e integração com países irmãos a partir de políticas de valorização das diversidades culturais.

Qual o cenário em que foi elaborado e quais os desdobramentos esperados na política cultural brasileira relacionados ao “Edital Mais Cultura nas Universidades”?

O Programa Mais Cultura nas Universidades tem o objetivo de ampliar o papel das universidades na difusão e preservação da cultura brasileira e na construção e implementação de nossas políticas culturais. A ideia foi tão bem recebida que, nesta primeira edição, o programa contou com a adesão de todas as universidades federais e de quase a totalidade dos Institutos Federais de todo o país. No total, serão investidos R\$ 20 milhões no programa, e cada plano poderá receber de R\$ 500 mil a R\$ 1,5 milhão. O programa incentiva a inclusão da cultura nos projetos educacionais das instituições federais, o que, por si só, vai fortalecer as discussões sobre o assunto. Se ainda levarmos em conta que os projetos devem valorizar a arte e a cultura brasileiras, com ênfase na inclusão social e no respeito e reconhecimento da diversidade cultural, os desdobramentos esperados são extremamente positivos.

Na conjuntura atual qual é a expectativa do papel das universidades diante das complexidades inerentes aos diferentes modos de pensar e fazer a cultura?

As universidades têm um papel fundamental na discussão, análise, elaboração e avaliação das políticas culturais. Sob essa ótica, a nossa principal ação em curso é a refundação do programa Cultura e Pensamento, mais uma das nossas parcerias com o MEC, anunciada num encontro em Brasília no início de julho deste ano. Na ocasião, pensadores e representantes do setor criativo de várias partes do Brasil abordaram assuntos como economia da cultura, direito autoral, mutações da sociedade contemporânea nos seus diversos aspectos, saberes e conhecimentos tradicionais, política intersetorial de cultura e educação, acesso à cultura, disponibilização de acervos culturais, conta satélite da cultura e difusão dos conhecimentos sobre cultura. O objetivo maior do encontro foi a refundação do programa Cultura e Pensamento, que funcionou ativamente entre 2005 e 2012, quando estimulou o debate teórico sobre o setor da cultura ao reunir periodicamente representantes do Governo e de universidades e instituições de pesquisa, reflexão e fomento. Nosso objetivo é que ele volte a funcionar já no segundo semestre deste ano.

Notas

¹ Doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas. Pró-reitora de Extensão e Cultura da UFPel.

² Graduação em Comunicação Social - Habilitação Publicidade e Propaganda (2006) e Habilitação Jornalismo (2008) pela Universidade Católica de Pelotas. Especialização em Comunicação Pública pela Universidade Gama Filho (2010). Coordenadora de Comunicação Social da Universidade Federal de Pelotas.